

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: POSSIBILIDADES E LIMITES

Marcio Pochmann*

A partir do início da década de 1980, com a interrupção do ciclo de industrialização, o Brasil ingressou na mais longa crise de desenvolvimento desde 1840. Por conta disso, o país registra sinais expressivos de regressão ocupacional, após cinco décadas de avanços consecutivos no processo de estruturação do mercado de trabalho.

Passados quase 25 anos de estagnação da renda *per capita*, acompanhados de elevada instabilidade nas atividades produtivas, nota-se o aprofundamento de uma combinação perversa entre o ciclo de financeirização da riqueza e a inserção passiva e subordinada do Brasil na economia mundial, o que o torna dependente da produção e exportação de produtos primários. Os efeitos regressivos dessa combinação são expressivos no interior do mercado nacional de trabalho.

De um lado, observa-se a contenção do segmento organizado do trabalho, justamente aquele que responde pelos empregos assalariados regulares e relativamente homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas. De outro, além do avanço do desemprego aberto, constata-se a ampliação do segmento não organizado do trabalho, responsável por ocupações precárias e heterogêneas, cuja atividade não se caracteriza necessariamente por ser tipicamente capitalista.

Tradicionalmente, o segmento não-organizado vinha sendo relacionado às circunstâncias mais arcaicas das economias subdesenvolvidas, na medida em que compreendia um espaço econômico limitado e intersticial de absorção precária da força de trabalho excedente ao modo de produção capitalista. Mais recentemente, no entanto, a dinâmica do segmento não-organizado passou a indicar não apenas e tão-somente o desenvolvimento de atividades de sobrevivência, de produção popular e até de ilegalidade (prostituição, tráfico humano e de drogas, crime, jogos de azar).

Em síntese, reconhece-se que no rastro da crise do desenvolvimento capitalista progredem, simultaneamente, modos de produção distintos. Especialmente no interior do segmento não-organizado do trabalho há sinais do desenvolvimento de uma fase embrionária da economia solidária, para além dos estágios da economia doméstica, popular e pré-capitalista.

O avanço inicial da economia solidária deve-se à junção de dois movimentos específicos no Brasil. De um lado, o aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra com algumas novidades em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização nacional.

Ao contrário do passado, observa-se o ineditismo do rápido avanço na proletarização da antiga classe operária industrial e no desaburguesamento da classe média. Inequivocamente, trata-se de um excedente de força de trabalho qualificado, não imigrante rural e aculturado pela disciplina do trabalho sistêmico.

* Professor do licenciado do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas e secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo.

De outro lado, o movimento composto por um importante conjunto de militantes sociais críticos e engajado na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil. São pessoas representantes de múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida.

Para discutir as principais possibilidades da economia solidária, bem como seus constrangimentos no atual contexto de gravidade e longevidade da crise do desenvolvimento nacional, optou-se por dividir o presente texto em quatro partes. Na primeira e na segunda parte buscou-se apresentar brevemente a evolução das principais tendências do mercado de trabalho no Brasil durante as últimas oito décadas.

A seguir, procurou-se identificar mais precisamente o espaço de manifestação e desenvolvimento da economia solidária para, finalmente, discutir oportunidades, limites e passos necessários nas políticas públicas voltadas ao fortalecimento da economia solidária no Brasil. As considerações gerais finalizam o texto.

1 TENDÊNCIAS GERAIS DE ESTRUTURAÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

A partir da Revolução de 1930, o Brasil apresentou dois comportamentos distintos em relação ao funcionamento do mercado de trabalho. Entre 1930 e 1980, por exemplo, o país conformou o seu mercado nacional de trabalho movido pelo ciclo da industrialização e da urbanização.

Até então predominou tão-somente a presença de mercados regionais de trabalho, subsumidos pela dinâmica rural primário-exportadora e imigração de mão-de-obra estrangeira, suficiente para deixar à margem a força de trabalho nacional, sobretudo a população negra. A partir de 1930 e por cinco décadas consecutivas, o Brasil deixou de ser uma grande fazenda produtora de bens primário-exportadores para se transformar na oitava economia industrial do mundo, com importante absorção da força de trabalho nacional, especialmente proveniente do campo.

Também contribuiu para a ampliação e estruturação do mercado de trabalho a presença de uma regulação pública fundada no assalariamento, cuja Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) teve, desde 1943, papel fundamental na promoção de menor heterogeneidade nas condições e relações de trabalho no país.¹

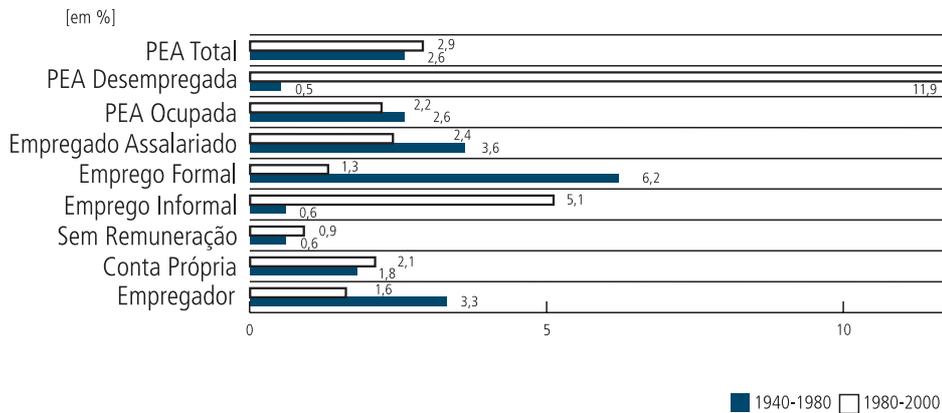
Ainda que incompleta, a tendência de estruturação do mercado de trabalho se deu em função da rápida ampliação dos empregos assalariados, sobretudo daqueles com registros formais, da redução relativa das ocupações por conta própria e sem remuneração e do desemprego. A comparação entre os anos 1940 e 1980 permite observar que, para cada 10 ocupações geradas, 8 foram assalariadas, sendo 7 com contrato formal e uma sem contrato.

As ocupações por conta própria, dos trabalhadores sem remuneração e dos empregadores representaram apenas 20% do total dos postos de trabalho criados no mesmo período. Assim, a taxa de assalariamento no Brasil foi de 66% do total das ocupações, enquanto na década de 1930 não ultrapassava os 20%.

1. Como homogeneização do trabalho compreendem-se as condições de acesso ao conjunto de direitos que os empregados regulares e regulamentados possuem, tais como os benefícios de cidadania (representação sindical), regulação do padrão de uso e remuneração (proteção ao trabalho), questionamento laboral (justiça trabalhista, fiscalização do Ministério do Trabalho e negociação coletiva) e de seguridade social. Sobre isso, ver Dieese (1994) e Pochmann (2003b).

GRÁFICO 1

Brasil: Taxas Médias Anuais de Variação entre 1940-1980 e 1980-2000 da Evolução da PEA, da Condição de Ocupação e do Desemprego



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (organização do autor).

A ruptura na tendência de estruturação do mercado de trabalho ocorreu a partir de 1980, com a crise da dívida externa. Além disso, a promoção de diversas políticas de ajuste econômico, sobretudo desde 1990 com a adoção do receituário neoliberal, aprofundou o quadro de estagnação da renda *per capita* acompanhado pela desaceleração na abertura de novas vagas assalariadas formais, o que abriu maior flanco para elevação do desemprego e de postos de trabalho precários.

O resultado disso tudo foi o fortalecimento da tendência de desestruturação do mercado de trabalho (desemprego, trabalho precário e desassalariamento das ocupações). Ao longo do período em referência, notou-se que de cada 10 ocupações geradas, 7 foram assalariadas, sendo 3 com contrato formal e 4 sem contrato formal [Pochmann (2001)].

Cerca de 30% dos postos de trabalho abertos foram por conta própria, sem remuneração e empregadores. A taxa de assalariamento, em 2002, foi de apenas 54% do total da ocupação, enquanto em 1980 chegou a ser de 2/3 das ocupações.

2 TRABALHO ORGANIZADO E NÃO-ORGANIZADO NO CAPITALISMO BRASILEIRO

Durante o período de estruturação do mercado de trabalho, ainda que incompleto se comparado com a experiência das economias centrais, observou-se a expansão do segmento organizado do trabalho e, por conseqüência, a redução absoluta e relativa do segmento não-organizado.² Nas economias centrais, a taxa de assalariamento urbana supera os 4/5 da PEA ocupada, enquanto no Brasil, em pleno auge do mercado de trabalho estruturado (1980), as ocupações no meio urbano eram compostas de 7 assalariados com contrato formal a cada 10 empregados, enquanto em 1940 somente 3 possuíam contrato formal e eram 10 assalariados.

2. A identificação dos diferentes segmentos da ocupação foi possível a partir da comparação entre as informações produzidas por pesquisas domiciliares e de censos de estabelecimento realizados pelo IBGE. De acordo com a classificação das ocupações por setores de atividade foi possível utilizar como *proxy* o comportamento das ocupações nos segmentos organizados e não-organizados. Enquanto os setores organizados são obtidos a partir das pesquisas de estabelecimento, que tendem a funcionar, em geral, de forma capitalista, os setores não-organizados são captados pela comparação entre as pesquisas domiciliares (trabalho de qualquer natureza) e as de estabelecimentos, conforme indicação do uso do trabalho com característica não tipicamente capitalista. Para mais detalhes, ver Souza (1979 e 1980), Cacciamali (1983) e Pochmann (1998).

Além do aumento significativo dos empregos assalariados com registro — reflexo da transformação do mercado de trabalho nacional — assistiu-se ao avanço do movimento de consolidação de segmentos ocupacionais organizados. Entre os anos 1940 e 1980, o emprego no segmento organizado urbano cresceu à taxa média anual de 4,9%, acima da variação da PEA (4,6%), enquanto as ocupações no segmento não-organizado aumentaram 3,9% como média anual.

Em síntese, destaca-se que para cada 10 ocupações geradas no mesmo período, 7 foram de responsabilidade do segmento organizado e 3 do segmento não-organizado. No setor secundário da economia brasileira, especialmente no setor secundário, as ocupações do segmento organizado cresceram 0,5 ponto percentual acima do segmento não-organizado, enquanto no setor terciário a diferença foi de 1,4 ponto percentual.

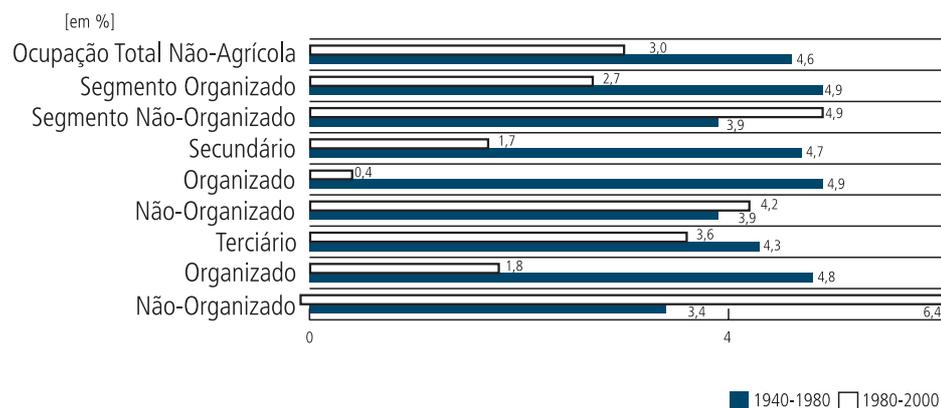
A partir de 1980, com a ruptura do movimento de estruturação do mercado de trabalho, tem ampliado o esvaziamento do segmento organizado do trabalho. Adicionada à redução na participação relativa de empregos assalariados com registro no total dos assalariados, notou-se a elevação da participação das ocupações nos segmentos não-organizados da economia urbana.

Entre 1980 e 2000, por exemplo, verificou-se que de cada 10 ocupações geradas, uma metade foi de responsabilidade do segmento não-organizado e a outra do segmento organizado. O terciário foi o principal setor responsável pela maior expansão do total das ocupações, uma vez que a indústria de transformação apresentou perda em sua participação relativa no total das ocupações.

Ao mesmo tempo, o segmento organizado da ocupação gerou menor variação no total das ocupações, sendo, por isso, responsável pela queda na sua participação relativa no conjunto da PEA ocupada. No segmento não-organizado, o setor terciário respondeu pela abertura de 81,8% do total dos postos de trabalho do meio urbano.

GRÁFICO 2

Brasil: Taxas Médias Anuais de Variação entre 1940/80 e 1980/2000 dos Segmentos Organizados e Não-Organizados do Trabalho Urbano



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (organização do autor).

3 ESPAÇO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A referência metodológica da segmentação das ocupações entre trabalho organizado e não-organizado permite constatar a influência da hegemonia do modo de produção capitalista no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro. Ao longo do ciclo de industrialização nacional, o predomínio da expansão do emprego assalariado, especialmente formal, indicou as conseqüências do avanço das forças produtivas submetidas à regulação pública do mercado de trabalho.

A expansão do segmento organizado do trabalho expressou a capacidade de geração de vagas relativamente menos heterogêneas por parte das empresas tipicamente capitalistas. Não obstante o ritmo significativo de elevação do nível de emprego no segmento organizado, notou-se que parcela excedente da força de trabalho teve de encontrar alguma outra forma de ocupação e geração de renda, somente possível no âmbito dos segmentos não-organizados do trabalho.

Em geral, as atividades ocupacionais, mesmo de autoconsumo e trabalho não-remunerado, estavam — de alguma forma — dependentes e subordinados à dinâmica capitalista. Muitas vezes, inclusive, operavam em conjunto com as ocupações do segmento organizado.³

As duas principais categorias ocupacionais expressavam modos de produção não-capitalista. Uma delas referia-se às atividades mercantis simples, que não utilizavam assalariamento regular como empresas familiares, trabalhadores por conta própria e autônomos para o público (vendedores ambulantes, biscateiros, cuidadores de carros, engraxates, entre outros), pequenos prestadores de serviços e emprego doméstico (trabalho em domicílio e trabalho por empreitada).

Uma outra categoria ocupacional tratava das atividades pseudocapitalistas, capazes de operar com mão-de-obra assalariada, sem apoiar-se na lógica da taxa de lucro, embora estivesse — de alguma forma — subordinada ao movimento geral do capital, seja na manutenção, seja na reprodução das unidades de prestação de serviços e de produção. Nesses casos, o nível geral do rendimento do proprietário representava uma das poucas barreiras à entrada, uma vez que as ocupações não-organizadas disputavam, na maior parte das vezes, o excedente econômico gerado pelas atividades capitalistas (Singer (1981), Pereira (1978) e Kovarick (1995)).

Nesse sentido, as ocupações não-organizadas resultavam do excedente de força de trabalho proveniente, na maioria das vezes, do êxodo rural para os grandes centros metropolitanos. Sem a cultura do assalariamento e com a maior parte analfabeta e sem qualificação profissional, a força de trabalho sobrando era praticamente obrigada a se submeter às formas mais brutalizadas de exploração [Jakobsen *et alii* (2000)]

Tudo o que diz respeito à exploração da força de trabalho terminou não sendo alterado com o predomínio da crise do desenvolvimento capitalista no Brasil desde 1980. Pelo contrário, observam-se contornos ainda mais rudes na exploração, com avanço inclusive do trabalho escravo e de condições de trabalho mais discriminatórias.

No entanto, deve ser feita alguma menção em relação às novas características presentes no interior do excedente adicional da força de trabalho gerada mais recentemente. Não se

3. A combinação entre segmentos do trabalho possibilita cumprir o papel importante tanto na redução do custo de reprodução da força de trabalho empregada nos segmentos modernos da economia nacional como atender às mais recentes transformações do modo capitalista de produzir. Ver mais em Oliveira (2003) e Pamplona (2001).

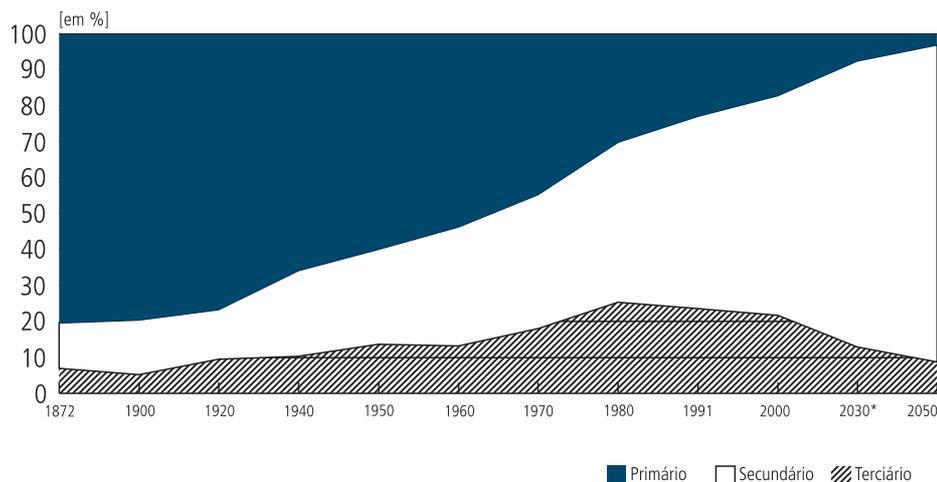
trata mais de um conjunto de trabalhadores sem passado assalariado, na maior parte analfabeta e sem treinamento profissional, nem tampouco de mão-de-obra rural imigrante e negra.

Da mesma forma, constata-se também que, de maneira simultânea às macromudanças no funcionamento geral do mercado de trabalho, teve curso uma série de microino-vações no interior das grandes empresas capitalistas. Em certo sentido, houve alterações significativas na divisão social do trabalho capitalista diante do avanço das novas técnicas de gestão e organização da produção, com características muito distintas do antigo padrão fordista.

Em grande medida, as transformações mais recentes nas grandes empresas capitalistas (terceirização, redução de hierarquias funcionais, novas tecnologias e formas de gestão da produção e de organização do trabalho) impuseram novos relacionamentos diretos entre unidades capitalistas e formas de ocupação não-capitalista (trabalho irregular, parcial, em domicílio, novo *putting-out*, entre outras).⁴ A produção em rede e com subcontratação de mão-de-obra indireta constitui espaços pouco conhecidos de produção e geração de renda no interior do segmento não-organizado do trabalho (autônomos e consultores para a grande empresa, *free-lancer*, falsas formas cooperativadas de trabalho, entre outras).

GRÁFICO 3

Brasil: Evolução da Composição Setorial das Ocupações



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (elaboração do autor).
* Estimativa.

Nesse mesmo sentido de desestruturação do mercado de trabalho contribuiu decisivamente a partir de 1990 a adoção de políticas neoliberais voltadas tanto para a privatização do setor produtivo estatal e terceirização do setor público, como para a internacionalização de parcela importante de setores econômicos nacionais. Quer dizer, a invenção de formas de produção e apropriação de renda que respondem a articulações entre o novo e o velho uso do trabalho no país (terceirização e quarteirização do trabalho, subcontratação de mão-de-obra via setor privado e organismos não-governamentais).

4. Sobre isso, ver mais em Tokman (1987), Cacciamali (1992) e Turnham *et alii* (1990).

Por outro lado, o país vem se inserindo de maneira subordinada e passiva na globalização, dependente cada vez mais da produção e exportação de bens primários (agronegócios e de extrativismo mineral). As ocupações geradas nesses setores econômicos são, em sua maioria, residuais, enquanto no meio urbano proliferam-se as vagas associadas aos segmentos não-organizados, muitas delas vinculadas à prestação de serviços aos ricos (trabalho doméstico e familiar, nas formas de segurança privada, motoristas, jardinagem, limpeza, passeadores de cães, ajudantes e preparadores sofisticados em condicionamento físico, comportamento social, compras, entre outros).

Em síntese, o setor secundário (indústria de transformação e construção civil) vem reduzindo a sua participação relativa no total da ocupação, acompanhando rapidamente o mesmo comportamento observado no setor primário (agropecuária e extrativismo). Somente o setor terciário (serviços em geral e comércio) responde cada vez mais pelo total da ocupação, especialmente pelo avanço do segmento não-organizado do trabalho.

Esse novo contexto agressivo e violento de deslocamento do assalariamento e do conjunto do trabalho organizado produz — simultaneamente ao sofrimento humano — novas experimentações na gestão de ocupações e na geração de renda. Em grande medida, destaca-se a presença de um grupo de militantes críticos e engajados na formulação teórica e prática de alternativas de produção, trabalho e renda, que, somado ao contingente de deserdados pela crise do desenvolvimento capitalista no país, compreende um novo foco da economia solidária.

De um lado, pesquisadores, universitários, técnicos, estudantes, autodidatas, religiosos, sindicalistas, entre outros, foram construindo — cada um a sua maneira — mecanismos de incubação de experiências de ocupação e renda, geralmente em torno de grupos atomizados de pobres e desempregados. Assim, trajetórias ocupacionais anteriormente exercidas, inclusive assalariadas no interior do segmento organizado do trabalho, terminaram sendo recuperadas, muito mais do que formas inovadoras de produção para além do capital e do plano local.

Em resumo, tem sido buscada a sinergia coletiva, a partir do desenvolvimento de atividades e de saber acumulado, mesmo que vinculado, na maior parte das vezes, à produção e distribuição cíclica de renda dos segmentos pauperizados, como padarias comunitárias, artesanato local, coleta seletiva de lixo, entre outras. Todavia, sem a perspectiva geral de alternativas transformadoras do modo de vida e de realização sustentada do plano de negócios, tem ficado fragilizada a permanência do total do contingente humano envolvido, muitas vezes motivado pelo aparecimento do “bico” de sobrevivência ou mesmo de uma vaga com emprego subordinado.⁵

De outro lado, algumas ações de governos — nas mais distintas esferas federativas — têm resultado em medidas instrumentais à economia solidária, ainda que no bojo de políticas geralmente compensatórias e incapazes de oferecer alternativas ocupacionais diante da crise do desenvolvimento capitalista no Brasil. Nesse sentido, difundem-se experiências públicas de “banco do povo”, de financiamento à incubação de cooperativas e de empreendimentos populares e tecnológicos, de redes de comercialização e autogestão, entre outras.⁶

5. Para uma melhor compreensão a respeito das experiências de economia solidária, ver Mance (2002), Singer e Souza (2000), Miyares *et alii* (2003) e Ponte Jr. (2000).

6. Sobre isso, ver mais em Siqueira (1999), Simão (2000), Singer (2001), Camarotti e Spink (2001) e Lesbaupin (2000).

Na maior parte das vezes, todavia, a política governamental terminou por reproduzir um certo assistencialismo improdutivo, pois ao operar como um fim em si mesmo demonstrou ser insuficiente para oferecer portas de saída emancipatória às angustias do conjunto dos excluídos.⁷ Poucas têm sido as experiências de políticas públicas articuladas e integradas a uma estratégia de inclusão soberana e de caminhos associados à autonomia social, política e econômica coletiva.⁸

Nesse contexto, o papel do Estado termina sendo confundido com o ciclo político eleitoral cujo raio de atuação compensatório e incompleto não aponta para a geração de saídas emancipatórias satisfatórias. Embora haja uma politização importante em torno da crise do desenvolvimento capitalista e do fracasso das ofertas de auto-ajuda individualistas, o desempenho dos empreendimentos pouco permite a sustentação de renda para além do médio prazo.

Ações mais imediatistas e pragmáticas tendem, muitas vezes, a simplesmente reorganizar parcelas atomizadas e localizadas do excedente da força de trabalho para a promoção de inserção subordinada à economia capitalista. Tendo em vista algumas brechas do mercado, são constituídos grupos de trabalho a serem utilizados pela terceirização e subcontratação, na maioria, contudo, distante da ética da economia solidária.

4 OPORTUNIDADES E LIMITES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O avanço na crise do desenvolvimento capitalista e a sua reprodução ao longo de quase 25 anos no Brasil têm gerado um quadro de esgarçamento do tecido social em que coexistem, pelo menos, distintos modos de produção.⁹ O rebaixamento das condições e relações de trabalho é uma realidade inquestionável, quando se observa que, em 2002, somente 36% da renda nacional eram absorvidos pelo trabalho, enquanto em 1980 a renda do trabalho representava 50% de toda a renda nacional, conforme o IBGE.

Em meio a isso, constata-se que a nova composição do excedente da força de trabalho gerado, contendo trabalhadores pobres e desempregados urbanos (não mais imigrantes rurais), com mais alta escolaridade (não mais analfabetos), capacitação profissional e chefes de famílias, terminou sendo combinada, em diversas situações, com um conjunto de militantes sociais críticos e engajados na construção da economia solidária. Avanços já são consideráveis no país, com a presença inclusive de algumas experiências de políticas governamentais motivadoras dos princípios éticos e da autogestão.

Mas tudo isso, contudo, ainda se refere a uma fase inicial do desenvolvimento possível da economia solidária no Brasil. Ademais, não há ainda um programa que aponte para horizontes possíveis em termos de promoção da economia solidária.

Permaneceria ela reprodutora de uma fase primária, a se reproduzir intensivamente diante da crise do desenvolvimento capitalista no país? Ou haveria formulação estratégica para algo como a experiência de alguns países (França e Canadá), com ações incentivadoras da economia solidária, ainda que dependente do modo de produção capitalista?

7. Avaliações a respeito disso, ver PUC-SP (2001) Borgianni e Montano (2000), Rico (1998) e Lobato (1998).

8. Sobre experiências de políticas públicas inovadoras em termos de emancipação, ver Pochmann (2002), Soares (2002), Oliveira (2004) e Campos (2004).

9. Para alguns, o Brasil possui quatro modos de produção distintos: economia doméstica (ocupados não-remunerados no trabalho de subsistência e de construção para o próprio uso); economia protocapitalista e pré-capitalista (produção doméstica de bens para a população de baixa renda e de serviços para o mercado); economia capitalista tradicional; e economia solidária (não regida pelos princípios capitalistas). Sobre isso, ver Sachs (2002).

Ou, de outra forma, seria a promoção de alternativas direcionadas para o aprofundamento das redes de produção e distribuição fundadas no autofinanciamento em comunidades fechadas, sem comunicação e conflitos com a economia capitalista? Ou, ainda e por fim, seriam estimulados os caminhos de constituição de um sistema de empreendimentos abertos com disputa de hegemonia com a sociedade capitalista?¹⁰

Seja qual a resposta, dependendo de onde se queira chegar, torna-se inegável reconhecer o espaço de oportunidades da economia solidária no Brasil. Mesmo no âmbito da atual fase inicial da economia solidária, cabe chamar a atenção para seus limites enquanto não houver a concretização de um conjunto amplo de políticas públicas.

Sobre isso, aliás, emergem, pelo menos, cinco grandes lacunas cujo papel das políticas públicas pode ser determinante no fortalecimento da economia solidária no país. Inicialmente destaca-se a necessidade de uma definição a respeito da regulação pública que defina o estatuto da economia solidária.

Com isso, pode-se enfrentar a lacuna decorrente do vazio legal que confunde a ética solidária com concorrência desleal e mesmo com falsas cooperativas que fraudam os direitos legítimos dos empregados assalariados. Em outras palavras, trata-se da constituição de um código próprio do trabalho sob o regime da economia solidária.

Uma segunda lacuna diz respeito ao padrão de financiamento apropriado ao desenvolvimento da economia solidária. Em certo sentido, parte-se do pressuposto de que o sistema bancário tradicional encontra-se distante dos princípios éticos da economia solidária, exigindo, por pressuposto, uma linha nacional de financiamento própria, estruturada por agentes de créditos populares e cooperativas comunitárias adequadas ao modo de produção não-capitalista.

Como terceira lacuna passível de ser preenchida por política pública resulta a necessidade de constituição de uma rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica no âmbito da economia solidária. Além da articulação das fontes institucionais existentes de financiamentos (fundos setoriais, Finep, Fapesp e congêneres estaduais) e de instituições de ensino, cabe a promoção de um organismo voltado ao apoio e à formação técnica na economia solidária, a exemplo do que existe para a economia capitalista (Sebrae).

Uma quarta lacuna relaciona-se à incorporação da economia solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e o comércio exterior. Como são, em geral, políticas direcionadas tão-somente ao modo de produção capitalista, nada mais adequado que seja realizada uma reformulação ampla e capaz de incluir a economia solidária sob novos paradigmas éticos de produção e exportação.

Por fim, como quinta lacuna de política governamental surge o tema das compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidárias. É necessária a revisão da atual legislação que disciplina as licitações públicas, como forma de permitir a inclusão dos empreendimentos solidários, praticamente à margem das compras públicas. Considerando que as compras do setor público representam 30% da renda nacional, parece ser impensável que a oferta de bens e serviços pertencentes à economia solidária possa continuar marginalizada.

10. Para mais detalhes, ver Orfeu (2002), Anteaq (1998), Jeantet (2002) e Carta Maior (2003).

O futuro da economia solidária pressupõe o desenho de uma estratégia de inclusão social, capaz de combinar o fortalecimento de medidas comprometidas com a redistribuição de renda e com caminhos de emancipação social, política e econômica.¹¹ Sem isso, todavia, os limites de superação da fase inicial da economia solidária no Brasil permanecem expressivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as páginas anteriores foi possível observar as principais tendências presentes no mercado de trabalho brasileiro. Em síntese, foram identificados dois períodos muito distintos no que diz respeito à dinâmica do trabalho.

De um lado, a tendência de estruturação do mercado de trabalho. Durante o processo de industrialização e institucionalização das relações e condições de trabalho (1940-1980) houve a expansão tanto do emprego assalariado, principalmente com registro, como das ocupações nos segmentos organizados da economia (tipicamente capitalistas).

De outro lado, a tendência de desestruturação do mercado de trabalho associada à expansão do desassalariamento, desemprego e ocupações nos segmentos não-organizados. Os quase 25 anos de crise no desenvolvimento capitalista resultam do abandono da industrialização nacional e da adoção de políticas neoliberais voltadas à reinserção subordinada e passiva do Brasil na economia mundial.

Não obstante o agravamento do quadro econômico e social identifica-se o aparecimento de novos espaços para a manifestação de modos de produção distintos da economia capitalista. A combinação entre força de trabalho sobrando às necessidades do capital de novo tipo (escolarizada e com formação profissional, não imigrante rural e com cultura de trabalho) e um conjunto de militantes sociais críticos e engajados tem possibilitado avanços importantes no âmbito da economia solidária.

Essa fase ainda inicial da economia solidária requer uma ampla ação em termos de políticas públicas, como forma de potencializar as oportunidades do seu desenvolvimento. Com isso, seus limites de expansão passam a ser menos expressivos, constituindo-se como um modo de produção alternativo no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

ANTEAG. *Empresa social e globalização*. São Paulo: Anteag, 1998.

BORGIANNI, E., MONTANO, C. *La política social hoy*. São Paulo: Cortez, 2000.

CACCIAMALI, M. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. IPE/USP: São Paulo, 1983.

_____. *A economia informal 20 anos depois. Indicadores Econômicos*. Porto Alegre: FEE, 1992.

CAMAROTTI, I., SPINK, P. *Redução da pobreza e dinâmicas locais*. São Paulo: FGV, 2001.

CAMPOS, A. *Pobreza e direitos na cidade de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

CARTA MAIOR. III Fórum Social Mundial. São Paulo: Petrobrás, 2003.

DIEESE. *Desemprego e as políticas de emprego*. São Paulo: Dieese, 1994.

11. A experiência local de articulação e integração de políticas públicas, derivada de uma estratégia de inclusão social que combina choque distributivo com medidas de caráter emancipatório, é tratada por Pochmann (2003a).

- JAKOBSEN, K. *Mapa do trabalho informal*. São Paulo: CUT/FPA, 2000.
- JEANTET, T. *A economia social europeia*. Lisboa: Poseidom, 2002.
- KOVARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LESBAUPIN, I. *Exclusão social – a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LOBATO, A. *Garantia de renda mínima*. Brasília: IPEA, 1998.
- MANCE, E. *Redes de colaboração solidária*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MIYARES, A. *et alii. Economia solidária*. Salvador FLEM, 2003.
- OLIVEIRA, C. *Políticas de combate à pobreza no município de São Paulo*. UN-Habitat, 2004 (Cadernos de Trabalho, 127).
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ORFEUIL, H. *Economia cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PAMPLONA, J. *Erguendo-se pelos próprios cabelos*. São Paulo: Germinal, 2001.
- PEREIRA, L. *Populações “marginais”*. São Paulo: Duas cidades, 1978.
- POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Outra cidade é possível*. São Paulo: Cortez, 2003a.
- _____. *Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil*. São Paulo: LTr, 2003b.
- PONTE JR. , O. *Mudanças no mundo do trabalho*. Fortaleza: UFC, 2000.
- PUC-SP *Renda mínima no debate internacional*. São Paulo: PUC/SP, 2001.
- RICO, E. *Avaliação de políticas sociais*. São Paulo: Cortez, 1998.
- SACHS, I. *Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil*. Brasília: Sebrae, 2002.
- SIMÃO, V. *Desemprego e sobrevivência*. Blumenau: Edifurb, 2000.
- SINGER, P. *Força de trabalho e emprego no Brasil*. São Paulo: Cebrap, 1981 (Cadernos Cebrap, 3).
- _____. *Políticas de apoio à economia solidária*. Brasília: Sebrae, 2001.
- SINGER, P., SOUZA, A. *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SIQUEIRA, C. *Geração de emprego e renda no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- SOARES, L. *Tempos de desafios*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SOUZA, P. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1979.
- _____. *Programa de pesquisas sobre mercado de trabalho*. Campinas: Depe/Unicamp, v. I, 1980.

- TOKMAN, V. El sector informal: quince años después. *El Trimestre Económico*, LIV (3). México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- TURNHAM, D. *et alii*. *The informal sector revisited*. Paris: OECD, 1990.